



AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM FORTALEZA: REPRESENTAÇÕES DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

SUBNORMAL AGGLOMERATIONS IN FORTALEZA: REPRESENTATIONS OF SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES

AGLOMERACIONES URBANAS SUBNORMALES EM FORTALEZA: REPRESENTACIONES DE LAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIALES

Yara Maria Castro de OLIVEIRA¹

yaramariacastro@gmail.com

Tasso Ivo de OLIVEIRA NETO²

tassoivo@hotmail.com

RESUMO

O artigo trata de ocupações irregulares, relacionando essas formas de expressão da moradia na cidade e o meio natural onde estão localizadas. Faz-se uso do setor censitário especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2010) denominado *aglomerado subnormal* para discutir as características do espaço da cidade de Fortaleza, Ceará. A problemática das desigualdades socioespaciais, na cidade de Fortaleza, é tratada em suas formas e em sua ocupação em áreas pouco propícias à habitação como: planície litorânea, especificamente em seus subsistemas de dunas móveis, dunas fixas, faixa de praia e complexo flúvio-marinho; planície fluvial e planície lacustre. A metodologia identificou uma cidade produzida e vivenciada por uma grande parcela da população cearense empobrecida e desprovida dos recursos do crescimento econômico alcançado por outras camadas sociais. O artigo está estruturado em duas partes: na primeira, há uma caracterização dos aglomerados na cidade; em segundo, analisa-se os aglomerados subnormais/assentamentos irregulares no contexto urbano e em sua localização geográfica, para daí concluir sobre esse relacionamento entre o homem e o meio natural.

Palavras-chave: *Agglomerados subnormais*. Desigualdades socioespaciais. Cidade produzida.

ABSTRACT

The article investigates the irregular human occupations, relating these housing expressions in the city and the natural environment where they are located. It uses the special census tract of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE (2010) called subnormal agglomerations to discuss the space characteristics of the city of Fortaleza. The socio-spatial inequalities issue in Fortaleza is treated in its forms and in its occupation, considering inappropriate housing areas such as coastal plains, specifically in its subsystems, namely

¹ Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (UECE), vinculada ao Laboratório de Estudos de População (LEPOP) da Universidade Estadual do Ceará.

² Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará.

mobile dunes, fixed dunes, beaches and fluvial-marine complexes; fluvial plains, and lake areas. The methodology used identified a city which was produced and experienced by a large impoverished portion of the population of Ceará. The article is structured in two parts: first, a characterization of agglomerations in the city; second, an analysis of the subnormal agglomerations in the urban context and their geographical location, in order to access the relationship between man and the natural environment.

Keywords: *Subnormal agglomerations*. Socio-spatial inequalities. Produced city.

RESUMEN

El artículo trata del análisis de las ocupaciones irregulares, relacionando estas expresiones de la vivienda en la ciudad con su alrededor natural donde se encuentran ubicadas. El análisis hace uso de los datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística - IBGE (2010) que trata de las *aglomeraciones urbanas subnormales*, de manera a discutir las características de la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, en Brasil. La cuestión de las desigualdades socioespaciales en la ciudad de Fortaleza, involucra en sus formas y en su ocupación urbana a las áreas poco propicias para viviendas, como las llanuras costeras, específicamente en sus subsistemas de dunas móviles, dunas fijas, franja de playas y fluvio-marinas; llanuras fluviales y lacustres. La metodología identificó una ciudad producida y experimentada por personas empobrecidas y desplazadas de recursos del crecimiento económico, solamente alcanzado por los demás estratos de la población. El artículo está estructurado en dos partes: primero, una caracterización de las agrupaciones en la ciudad; Segundo, un análisis de los aglomerados subnormales/asentamientos ilegales, en el contexto urbano y su ubicación geográfica. La perspectiva metodológica utilizada investiga la relación entre la formación de las viviendas y el medio ambiente, con el fin de comprender la relación entre el hombre y el ambiente natural.

Palabras clave: *Aglomeraciones urbanas subnormales*. Desigualdades socioespaciales. Ciudad producida.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo discute sobre as problemáticas presentes no espaço da cidade de Fortaleza/CE, em particular as ocupações irregulares, fazendo-se uso do setor censitário especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE denominado *aglomerado subnormal*³.

³ Para o IBGE (2010) os *aglomerados subnormais* são classificados como recortes territoriais específicos, constituído total ou parcialmente por no mínimo 51 unidades habitacionais densas e desordenadas, carentes de serviços essenciais e com ocupação ilegal da terra. Apreendendo uma diversidade de assentamentos existentes no Brasil, conhecidos como: favelas, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, palafita, mocambo, entre outros. É possível identificar que dos critérios adotados pelo IBGE para classificar aglomerados subnormais, quatro são referentes aos aspectos físicos do tipo da habitação e apenas um refere-se ao estatuto jurídico que é a ocupação ilegal da terra.

O objetivo desse trabalho é relacionar essas formas de expressão da moradia na cidade e o meio natural onde estão localizados. Os dados, retirados do censo demográfico de 2010, expõem a problemática das desigualdades socioespaciais presente na cidade de Fortaleza, suas formas e sua ocupação em áreas pouco propícias a habitação como: planície litorânea, especificamente em seus subsistemas de dunas móveis, dunas fixas, faixa de praia e complexo flúvio-marinho; planície fluvial e planície lacustre.

Para investigar essas expressões populares de habitação tem-se como orientação responder as seguintes indagações: Como se espacializam os *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares na capital cearense? Como se caracterizam esses *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares? Quais as interferências do meio ambiente no modo de vida nesses *aglomerados*? É possível aceitar os *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares como a síntese das desigualdades socioespaciais em Fortaleza?

Para isso, além da revisão da literatura especializada, também foram realizadas pesquisas documentais em instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Seção Ceará), Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e biblioteca central da Universidade Federal do Ceará – UFC.

As informações disponibilizadas no Censo Demográfico 2010 (IBGE), sobre população e domicílios dos *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares em Fortaleza, possibilitaram tabulações esclarecedoras sobre essas expressões urbanas que caracterizam as especificidades de cada assentamento irregular da cidade, mostrando as formações sociais e territórios, bem como seu atual desenho. Tal metodologia identificou uma cidade produzida e vivenciada por uma grande parcela da população cearense empobrecida e desprovida dos recursos do crescimento econômico alcançado por outras camadas sociais.

A elaboração de mapas, a partir dos dados sistematizados em tabelas, possibilitou enxergar uma Fortaleza com seus espaços intraurbanos heterogêneos. Sua leitura permite observar as tendências, concentrações, escassezes de equipamentos e serviços urbanos, como, também, as aglomerações humanas, permitindo, assim, uma visão ampliada desse

fenômeno no espaço urbano.

O artigo está estruturado em duas partes: na primeira, utiliza-se das bases de dados do censo 2010 para caracterizar os *aglomerados* na cidade; em segundo, foram analisados os *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares no contexto urbano e em sua localização geográfica, visando relacionar a formação habitacional com o meio ambiente, para daí concluir sobre esse relacionamento entre homens e meio natural.

A construção da pesquisa foi orientada pela professora doutora Adelita Neto Carleial, socióloga, ex coordenadora do Laboratório de Estudos de População – LEPOP (2003 a 2013), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia – ProPGeo, da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

A problemática dos *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares

Na década de 1950, o processo de urbanização brasileira possibilitou um significativo crescimento populacional nas cidades, acrescido pelas migrações. Contudo, a infraestrutura urbana não cresceu proporcionalmente. A população local empobrecida e aquela que chegava aos centros urbanos, não encontravam moradias suficientes para atender suas demandas, por isso, como estratégia de sobrevivência, restou ocupar espaços normalmente desprezados pela chamada “urbanização formal”.

Para Maricato (2000), a invasão de terras é parte integrante do processo de urbanização brasileira, sendo resultado da concentração de terra, renda, da institucionalização do mercado imobiliário excludente e da ausência de políticas públicas. Esse processo permite a produção de um espaço urbano de segregação espacial e exclusão social.

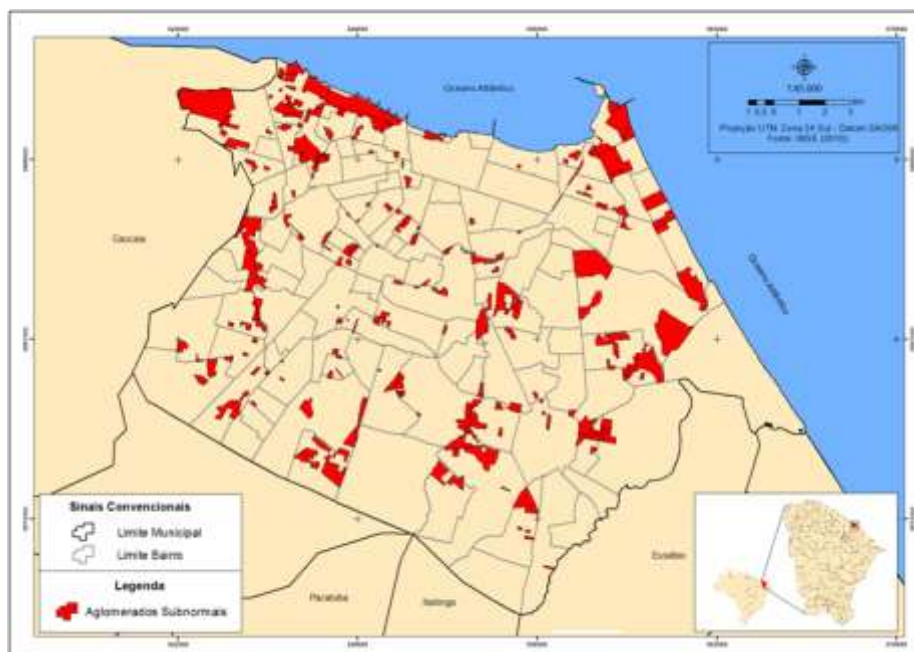
Os atuais *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares decorrem desse processo histórico de distribuição desigual da terra urbana e da ausência de garantias aos direitos dos cidadãos. No Brasil, em 2010, o IBGE registrou 6.329 *aglomerados subnormais*, identificados em 323 municípios no país, sendo 88,2 % deles localizados em regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes. Isso ocorreu principalmente nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, destacando-se essa última ao concentrar 49,8% do total.

Essas ocupações irregulares fazem parte do cenário urbano de diversas capitais do país, envolvendo questões complexas relativas à necessidade de habitar.

No *ranking* nacional, a cidade de Fortaleza se encaixa como o 4º município com o maior número de *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares do país, totalizando 194 registros. A sua frente estão as cidades de São Paulo, com 1.020 *aglomerados*; do Rio de Janeiro, com 763; e de Salvador na Bahia, com 242 ocorrências (IBGE, 2010).

No Mapa 01 é possível identificar como os *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares na capital cearense estão localizados na maioria dos bairros da cidade.

Nos bairros, os espaços de baixíssimo valor de mercado ficam distribuídos às populações mais carentes, levando-as a aderir à informalidade como meio possível de escapar dos elevados preços determinados pelo mercado imobiliário formal. Essa estratégia se adapta à lógica de expansão capitalista especulativa da terra urbana, redistribuindo no espaço, ao mesmo tempo, os pobres em habitações precárias e os ricos em habitações de qualidade, por isso, é possível identificar no mesmo bairro moradias próximas de ricos e pobres, ressaltando a opulência convivendo com a miséria na cidade, já verificada por Carleial e Araújo (2003).



Mapa 01 – Localização dos *Aglomerados Subnormais* em Fortaleza. (Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração Oliveira Neto, 2013.)

A adoção do conceito de *aglomerado subnormal*, como recurso metodológico para representar a habitação popular em Fortaleza, é feita sem pretender igualar realidades tão heterogêneas vivenciadas nesses assentamentos. Entretanto, entende-se que esses *aglomerados* expressam a condição habitacional das classes e camadas empobrecidas da população, sendo possível aceitá-los como a síntese das desigualdades socioespaciais na cidade, porque mostram favelas, áreas de risco e de degradação ambiental, além de terras urbanas irregulares ocupadas com moradia.

Apesar dos problemas conceituais e metodológicos relativos aos *aglomerados subnormais* (SILVA, 2013) a utilização dessa metodologia, para caracterizar os aspectos da moradia e da população pobre no Brasil, ainda é válida, pois em nível nacional essas informações são únicas, sintetizadas, comparáveis e indicativas da realidade social. Por isso, se fará uso dessas informações para analisar a produção de habitações das camadas empobrecidas em Fortaleza.

Os atuais *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares na cidade

Na cidade de Fortaleza dos 2.448.920 fortalezenses, 396.370 mil moram em *aglomerados subnormais*, ou seja, 16,18%, porcentagem maior que a média nacional, que é de 6% (IBGE, 2010). A maior parte da população que habita os *aglomerados* é composta por jovens de 20 a 29 anos (78.539 pessoas), seguido por crianças e adolescentes com idade entre 10 a 14 anos (74.725). Em relação à cor, a maioria da população identifica-se como sendo de cor parda com 64,6%, seguida da cor branca 28,1%, preta 5,7%, amarela 1,5% e por último a cor indígena totalizando apenas 0,1%.

A cidade é composta por 109.122 domicílios particulares ocupados em situação de *subnormalidade* espalhados pelo seu território (IBGE, 2010) (Mapa 1). Dos *aglomerados* registrados na capital cearense, 22 deles apresentam mais de 1.000 domicílios, sendo possível identificar grande diferença entre eles, a exemplo pode-se citar o *aglomerado* Pirambu com 11.630 moradias e o *aglomerado* Pantanal II com 1.018 domicílios. A média geral de pessoas por domicílios em situação precária é de 3,7% e não tem grande variedade entre os *aglomerados* (Tabela 01).

Tabela 01 – Dez maiores aglomerados subnormais, segundo o número médio de pessoas por domicílio – Fortaleza 2010.

Aglomerado Subnormal	Nº de pessoas	Nº de domicílios	Media de pessoas por domicílio
Pirambu	42.878	11.630	3,6
Lagoa do Coração	19.256	5.185	3,7
Alto do Bode	16.495	4.326	3,8
Gina's Motel	14.293	3.830	3,7
Borda Gato	12.950	3.572	3,6
Língua de Cobra	12.379	3.442	3,5
Farol	10.112	2.861	3,5
Pantanal III	9.419	2.608	3,6
Arraial Moura Brasil	7.166	2.015	3,5
Alvorada	5.784	1.557	3,7
Total	150.732	41.026	3,7

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE). Cálculos de Oliveira, 2013.

O *aglomerado* com maior número de moradores é Pirambu com 42.878 habitantes (Tabela 01). Essa quantidade de pessoas é superior a população em 145 municípios cearenses, cada um com população inferior a esse montante. Isso mostra a dimensão populacional do problema habitacional de um *aglomerado subnormal*, pois diferente de município, o *aglomerado* não dispõe de órgãos encarregados de gerir e fiscalizar a gerência pública no local, como é o caso dos municípios que possuem prefeitura, Câmara de vereadores e orçamento público para suas gestões específicas.

O rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* é bastante baixo nesses *aglomerados* na cidade. Verifica-se que 17,3% têm uma renda de até 1/4 de salário mínimo, 30% deles têm mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo e 40% deles têm sua renda mais 1/2 até 1 salário mínimo. A porcentagem de domicílios em que os moradores têm renda entre 1 a 5 salários mínimos é de apenas 13,3%. Essa realidade específica de Fortaleza indica que pequeno percentual de pessoas poderia confirmar o que diz Taschner (2003), de que a favela atualmente não abriga apenas os miseráveis, mas também outras camadas sociais que antes alugavam casas, tornando-se a favela uma alternativa em crescimento.

Os indicadores disponibilizados pelo IBGE (2010) referentes aos serviços públicos ofertados aos domicílios subnormais mostram que a maioria tem água distribuída em rede geral, totalizando 100.945 domicílios, seguido de poço ou nascente na propriedade em 4.631 moradias. Também contam com

serviço de esgoto com rede geral ou pluvial em 61.434 domicílios e fossa rudimentar em 21.442. O lixo é coletado diretamente por serviços de limpeza pública em 95.895 domicílios, localizados em terras irregulares, e tem energia elétrica disponibilizada por companhia distribuidora em 106.806 domicílios.

Espacialização das habitações *subnormais* e os sistemas ambientais

Os *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares são locais de moradia de população empobrecida, excluída do mercado imobiliário formal, cujas opções de moradia são os terrenos de baixíssimo valor, coabitar com outros familiares, ou a autoconstrução em vazios urbanos (CARLEIAL; ARAUJO, 2010).

A espacialização dessas *aglomerações* em Fortaleza ocorre de maneira dispersa pelos bairros da cidade (Mapa 01), como resultado da queda do poder aquisitivo ou da fuga dos alugueis (PEQUENO; ARAGÃO, 2009). A localização dessas moradias pobres irregulares concentra-se em cursos das águas, nas planícies fluviais e lacustres, e na planície litorânea (faixa de praia, dunas móveis e fixas, flúvio-marinha como os manguezais) (Tabela 02) (Mapa 02).

Essas *favelas de risco* são expressões de situações geográficas de maior gravidade, porque interferem nas condições de vida dos próprios moradores, da população da cidade como um todo, e também sobre os mananciais ambientalmente frágeis inadequados para a ocupação humana (TASCHNER, 2003).

A faixa de praia e os campos de dunas são áreas historicamente ocupadas por assentamentos precários na cidade. Segundo o Censo 2010 do IBGE, verificando-se maior predominância dessas ocupações no extremo leste, nos bairros Cais do Porto e Mucuripe; e na zona oeste, nos bairros Arraial Moura Brasil, Jacarecanga, Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará e Vila Velha.

Existem 65 *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares que ocupam áreas ambientalmente frágeis no território de Fortaleza (IBGE, 2010). Na planície litorânea identifica-se 31 aglomerados, em que 21 encontram-se na área de faixa de praia, em dunas móveis e fixas, e 10 na planície flúviomarinha.

Já na planície flúvio-lacustre são identificados 34 aglomerados, com destaque para a bacia do Cocó que contabiliza 17 assentados (Tabela 02) (Mapa 02).

Tabela 02 - Sistemas ambientais com ocupações em *aglomerados subnormais/assentamentos irregulares* – Fortaleza, 2010.

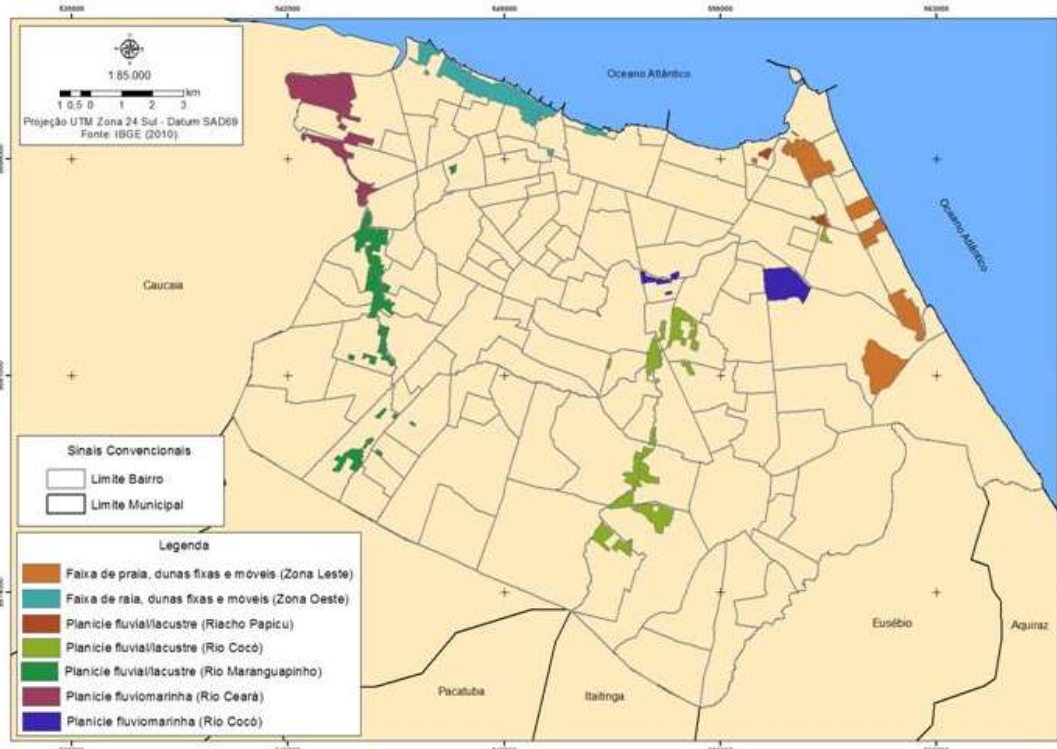
Sistema Ambiental	Subsistema	Áreas	Aglomerados Subnormais
Planície Litorânea	Faixa de Praia; Dunas Móveis; Dunas Fixas	ZONA OESTE	Brisa da Praia, Morro do Santiago, Sonho Meu, Gina's Motel, Pirambu, Arraial Moura Brasil
		ZONA LESTE	Comunidade do Titanzinho, Farol, Serviluz, Delmar, Baixa do Castelo Encantado, Varjota, Sem Denominação 21, Sem Denominação 22, Vicente Pizon, Lagoa do Coração, Morro das Placas, Luxou, 31 de março, Dos Cocos, Rua Sabiaguaba
	Planície Flúvio-marinhas-Manguezais	RIO CEARÁ	Vila Velha, Da Esperança, Vila Velha IV, Inferninho Vila Nova, Baixa do Milagre, Beira Rio, Nova Bubu
		RIO COCÓ	Caça e Pesca, Baixada do Dendê, Lagamar
Planície fluvial/ Planície lacustre (Rios e Lagoas)		BACIA DO RIO MARANGUAPINHO	Veneza km10 - parque Genibaú, Alto do Bode, Sem Denominação, Borba Gato, Comunidade Santa Ediwirgens, Margem do Rio, Bom Sucesso, Alivânia, Gustavo Barroso, Vila Maria ou Novo Mondumbim, Melameia, Pq. Jerusalém, Jardim Fluminense, Jardim Fluminense I, Rua Ari Lobo
		BACIA DO RIO COCÓ	Sem Denominação, Palmeiras II, Campo Estrela, São Francisco, Pingo de Luz, Comunidade Unidos Venceremos, Comunidade 1 de Março, Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Comunidade do Cal, Aqui Fico, Vila Cazumba, Vila Rolim- Boa Vista, Lagoa da Zeza, Sem Denominação 42, Lagoa do Tijolo, Baixada do Dendê, Olga Barroso
		BACIA VERTENTE MARÍTIMA (Riacho Papicu)	Pau Fininho, Lagoa/morro do gengibre

Fonte: Souza, 2009. IBGE, 2010. Sistematização de Oliveira, 2013.

A população moradora nessas áreas ambientalmente frágeis, em *favelas de risco*, contabiliza 231.327 pessoas, isto é, 58,3% de um total de 396.370 mil pessoas ocupantes de *aglomerados subnormais* em Fortaleza. Dado preocupante, pois além das problemáticas cotidianas enfrentadas por essa população, como as privações sociais (falta de serviços públicos, dificuldade de acesso, precariedade das casas e uma baixa renda), ainda se preocupam com a alta vulnerabilidade ambiental do terreno, que se aguça em períodos chuvosos.

Araújo (2010) afirma que as remoções da população pobre de determinadas áreas da cidade pelo suposto enfrentamento e degradação ambiental são constantes, tendo sua base na prática urbanística e na ideológica de poder, pois os mais ricos permanecem, mesmo que gerem maiores agressões ambientais.

O Mapa 02 espacializa esses *aglomerados subnormais*/assentamento irregulares da cidade que ocupam áreas em sistemas ambientais, mostrando as formações territoriais desse desenho. Comparando-o com o Mapa 01 percebe-se espacialmente a extensão dos sistemas ambientais com ocupações habitacionais em *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares.



Mapa 02 – *Agglomerados subnormais* localizados no entorno dos cursos d'água – Fortaleza, 2010. (Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração Oliveira Neto, 2013)

São nessas partes do espaço, chamadas áreas de risco, que a população pobre encontra uma saída possível para habitar, tornando-se nesse processo, modeladora do espaço urbano, produzindo-o como forma de resistência e de sobrevivência à lógica de reprodução do sistema capitalista.

Aglomerados subnormais como espaços de resistência na cidade

Além de *aglomerados* localizados em sistemas ambientalmente frágeis, destacam-se, também, outros espaços de resistência na cidade, que são os aglomerados que permanecem em bairros de moradores com alta renda. Essas áreas de ocupação bem localizadas são pontos de interesse do mercado imobiliário, posto que, disponibilizam infraestrutura e serviços aumentando a renda fundiária (PEQUENO, ARAGÃO, 2009). Nesse processo destacamos os assentamentos Campo do América, Alvorada, Lagoa Seca, Dendê, Trilho II, Pirambu, Farol, Serviluz, Lagamar, entre outros.

A remoção de trabalhadores dessas áreas onde a renda fundiária é significativamente mais alta vem ocorrendo, sistematicamente, sendo possível citar o exemplo de remoção/reassentamento dos moradores de Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, originários de áreas próximas ao *shopping* Iguatemi, deslocadas para o conjunto habitacional Maria Tomázia, situado no bairro de Messejana limite de Fortaleza com o município de Pacatuba.

Esses processos de remoções de populações são estratégias utilizadas pelo Poder Público para viabilizar investimentos do setor privado e aquecer o mercado imobiliário, quando retiram populações pobres e suas habitações irregulares de áreas de expansão de atividades comerciais e industriais, em ações justificadas pela ideologia urbanística (LEFEBVRE, 1991).

As áreas de entorno de antigos conjuntos habitacionais construídos pelo Poder Público também são propícias a invasão e fixação de novos assentamentos precários, pela possibilidade de usufruto de alguns serviços públicos e infraestrutura que foram implantados por essa política habitacional para pessoas de baixa renda. Sendo possível identificar, nesses casos, a favela Vila Velha, que se localiza ao redor do conjunto habitacional com o mesmo nome implantado em 1990 (BARBOSA, 2009).

Esse processo de afastar os pobres produtores das cidades é característico das cidades capitalistas. Lefebvre (2001) afirma que a democracia burguesa expulsou dos centros urbanos e da própria cidade o proletariado, destruindo sua “urbanidade”. Para esse autor, os deslocados na cidade pela ação autoritária do Estado não estariam habitando a urbe, porque habitar refere-se ao espaço vivido, portanto, o habitar pleno é quando o homem vive sua casa, sua rua, seu bairro e os demais locais da cidade.

Isso, porque, a escolha de uma área para ocupação é realizada de forma estratégica pelo ocupante, normalmente, leva-se em conta a proximidade com a família, migração de outro município, facilidade de acessos a transporte coletivo, a infraestrutura urbana e ao trabalho.

No caso das cidades modernas, capitalistas e industrializadas, como Fortaleza, o fato de existirem habitações em terra urbana ilegal deve-se ao déficit habitacional, ao desemprego, a dificuldade de pagar o aluguel e na formação de novas famílias empobrecidas (ARAÚJO, 2010, p. 96).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares na capital cearense se espacializaram pelos bairros de Fortaleza concentrando-se nos caminhos dos recursos naturais e hídricos, em áreas impróprias para a ocupação habitacional, expondo seus moradores a riscos naturais do meio físico e das condições sanitárias das áreas, além da ação humana provocando degradação ambiental.

As características desses *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares são populações volumosas em relação à dinâmica populacional do estado, concentração de jovens, de cor parda e de baixa renda, vivendo em contato direto com recursos naturais sem práticas preservacionistas do meio ambiente.

Em Fortaleza existem *aglomerados subnormais*/assentamentos irregulares em número maior que a média nacional, significando que se trata de uma cidade onde o Estado não tem atingido o nível dos demais estados brasileiros no atendimento da demanda populacional popular.

Em 88,3% dos domicílios, nesses aglomerados, o rendimento mensal é de até 1 salário mínimo, dado suficiente para comprovar que nessas áreas estão concentrados os pobres. Além de pobres são jovens e de cor parda, logo, isso significa que a juventude pobre e parda não está na prioridade do atendimento social dos governos.

As condições sanitárias das moradias, nesses *aglomerados*, são insuficientes para evitar os impactos que o meio ambiente pode provocar no modo de vida dessas pessoas. , pois faltam serviços públicos de coleta de esgoto em 43% dos domicílios, falta abastecimento de água em 8,1% das casas, inexistência de coleta de lixo em 12,12% das moradias, e vivem sem energia elétrica os moradores em 2,12% das habitações, num total de 109.122 unidades.

Por tudo isso, os *aglomerados subnormais/assentamentos irregulares* em Fortaleza são espaços onde resistem populações empobrecidas e suas formas de vida e moradia sintetizam as desigualdades socioespaciais na cidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, A. M. M. **Fortaleza, metrópole regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EdUECE, 2010.

BARBOSA, A. E. M. **Questões da Habitação**: território, poder e sujeitos sociais no conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará. 2009. 181 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

BARBOSA, A. E., NETO, J. M., CARLEIAL, A. N. Moradia Popular: influencia na organização do espaço urbano na periferia de Fortaleza. In: AMORA, Z. B. (Org.) **Cenários Geográficos**: reflexões e enfoques. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CARLEIAL, A. N., ARAÚJO, A. M. M. (Org.). **Atlas de Fortaleza, 2000**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

CARLEIAL, A. N., ARAÚJO, A. M. M. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova/Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Barcelona, 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GONDIM, L. M. P. Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?” In: SILVA, J. de S. (Org.)

O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Censo demográfico - 2010. Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PEQUENO, L. R. B.; ARAGÃO, T. Dimensão habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, L. R. B. (Org.) **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, J. B. D. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

SILVA, Roberto Antero da. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. In: CARLEIAL, Adelita Neto, MENELEU NETO, José. **Produção contraditória do espaço e seus agentes: mudanças e permanências**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

SOUZA, M. J. N. **Diagnóstico geoambiental do Município de Fortaleza: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo – PDPFor**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

TASCHNER, S. P. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, P. (org.) **Cidade da Informalidade**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003.